

# **DUNAS CAPITAL**

Gestão de Activos

Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A.

**DISCIPLINA DE MERCADO**

**2015**

*Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2007*

## NOTA INTRODUTÓRIA

A Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (**Dunas Capital**), em cumprimento do disposto no artigo 18.º do Aviso n.º 10/2007, do Banco de Portugal, divulga o seu documento de “Disciplina de Mercado”.

A informação apresentada reporta-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

A publicação do documento “Disciplina de Mercado” vem complementar a divulgação ao mercado de informação, contribuindo para uma maior transparência, estabilidade e solidez do sistema financeiro português.

A divulgação pública de informação mais detalhada sobre a solvabilidade das Entidades, sobre os riscos incorridos, os processos e sistemas de avaliação implementados contribui para fortalecer os participantes no mercado, gerando pressões saudáveis e promovendo práticas mais seguras.

Os pontos referidos no Aviso e não mencionados no presente relatório não apresentam relevância significativa ou não são aplicáveis à Dunas Capital.

A informação apresentada tem subjacente uma ótica predominantemente prudencial, encontrando-se disponível para consulta no site da Dunas Capital, em **[www.dunascap.com](http://www.dunascap.com)**, em conjunto com outra informação de interesse público para os investidores e que complementa a presente informação.

## **DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

O Conselho de Administração da Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., com sede na Avenida da Liberdade nº 229 – 3º Andar, 1250-142 Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e pessoa coletiva 506 292 622 declara, nos termos e para os efeitos expostos no Aviso 10/2007 do Banco de Portugal, que:

- Foram desenvolvidos todos os procedimentos considerados necessários e que, tanto quanto é do seu conhecimento, toda a informação divulgada é verdadeira, fidedigna e de qualidade;
- É adequada a qualidade de toda a informação divulgada, incluindo a referente ou com origem em entidades englobadas no grupo económico no qual a instituição se insere;
- Se compromete a divulgar, tempestivamente, quaisquer alterações significativas que ocorram no decorrer do exercício subsequente àquele a que o documento “Disciplina de Mercado” se refere;
- Para os devidos efeitos, e nos termos do mencionado Aviso n.º 10/2007 do Banco de Portugal (n.º2 do Anexo I), a informação constante do presente documento, divulgada com referência ao final do exercício de 2015, não sofreu no exercício subsequente de 2016 da influência de eventos susceptíveis de serem considerados fatos relevantes, no âmbito deste documento.

Lisboa, 20 de Maio de 2016

**Conselho de Administração**

## **ÂMBITO DE APLICAÇÃO E POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO**

### **a) Âmbito de Aplicação**

Os requisitos enunciados no Aviso n.º 10/2007 do Banco de Portugal aplicam-se à Dunas Capital enquanto instituição financeira sujeita à supervisão daquele organismo, obrigando-se a divulgar publicamente, e numa base anual, informação mais detalhada sobre a sua solvabilidade.

### **b) Objetivos e Políticas de Gestão de Risco**

#### **Funções de Gestão de Risco**

Face à dimensão dos volumes sob gestão e complexidade das atividades desenvolvidas pela sociedade gestora e atendendo à não obrigatoriedade prevista no Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal (considerando o número de colaboradores e os proveitos operacionais), a mesma não possui uma função de Gestão de Risco independente. No entanto, estão implementados os mecanismos necessários para assegurar a aplicação efetiva do sistema de gestão de risco, através do acompanhamento contínuo por parte das Operações, Investimentos e *Compliance*, onde a gestão e identificação dos vários riscos que decorrem da atividade, tais como os riscos operacional, *compliance*, mercado, crédito, liquidez, cambial, reputação e de sistemas de informação, são identificados. Esta atuação é reverificada mediante decisões tomadas em Conselho de Administração, que atua como um órgão de controlo.

Os riscos identificados como significativos para a sociedade gestora são os seguintes:

#### **Risco Operacional**

A atividade corrente desenvolve-se através do estabelecimento de relações com diversas contrapartes do setor financeiro, as quais estão sujeitas a falhas que podem ter um impacto nas atividades da sociedade gestora.

A segregação de funções, os processos de controlo e reconciliação das operações realizadas e a permanente monitorização levada a cabo pelo Conselho de Administração/Comissão Executiva criam as condições necessárias para a regulação da atividade da empresa, permitindo a redução substancial deste risco.

O risco operacional é também controlado mediante a elaboração, por parte das áreas funcionais, de reportes mensais onde constam indicadores de “performance” da atividade e que são analisados em Comitês de Investimento com a presença de todos os elementos do Conselho de Administração/Comissão Executiva.

### **Risco de *Compliance***

A sociedade encontra-se sujeita ao cumprimento de um alargado conjunto de normativos os quais têm alterações com bastante regularidade, pelo que é fundamental que se estabeleçam responsabilidades de acompanhamento e divulgação interna das alterações relevantes ao normal desenvolvimento da atividade.

O *Compliance* é responsável pelo acompanhamento da evolução da normativa aplicável bem como a sua divulgação e controlo de aplicação.

Encontram-se estabelecidos vários procedimentos e medidas, desenvolvidas pelo *Compliance* e Conselho de Administração/Comissão Executiva, que permitem o controlo e mitigação deste risco, entre os quais:

- Verificar e analisar mensalmente os reportes efetuados pela sociedade e exigidos pelas entidades regulatórias competentes;
- Garantir que os procedimentos e regulamentos são cumpridos por todos os colaboradores;
- Monitorizar os procedimentos implementados e concluir sobre a sua permanente adequabilidade, promovendo a sua adaptação ou substituição sempre que necessário;
- Verificar que todos os requerimentos legais estabelecidos pelas entidades de supervisão são cumpridos;
- Formar os colaboradores e garantir que o nível de competências é adequado à função exercida.

A atividade da sociedade é auditada anualmente por auditores externos (Ernst & Young) e a atividade de gestão dos fundos de investimento é auditada (Deloitte & Associados SROC) com uma periodicidade semestral.

A atividade da sociedade é acompanhada regularmente por uma Sociedade de Advogados (Cuatrecasas Gonçalves Pereira) que permanentemente monitoriza, informa e enquadra as responsabilidades perante as autoridades de supervisão e pela Ernst & Young que nos presta assistência fiscal relativamente às diversas responsabilidades fiscais perante o Estado Português.

### **Risco de Mercado**

Os capitais da sociedade apenas são investidos em depósitos junto de instituições financeiras, pelo que o risco de mercado para a sociedade não é relevante.

No entanto o risco de mercado é igualmente inerente à gestão de fundos e gestão de patrimónios e nunca poderá ser mitigado na sua totalidade.

O risco de cada carteira de gestão discricionária é definido e acordado entre o Cliente e a Sociedade Gestora, estando descrito no contrato de mandato de gestão. No caso da gestão de fundos, a política de investimento e risco será definida e divulgada nos prospectos do respetivo fundo.

A Sociedade monitoriza permanentemente os riscos das carteiras e fundos procurando sempre que possível atenuá-lo através da diversificação dos ativos investidos. Os diversos ativos em carteira deverão ter características diferenciadoras (localização geográfica, capitalização bolsista, setores de atividade, etc.), de forma a reduzir o risco da carteira.

Além disso, procedemos a uma análise diária da composição da carteira e da envolvente macroeconómica, utilizando para isso o sistema Bloomberg como principal fonte de informação. A diversificação por tipo de ativo (ações, obrigações ou outros) e por região minimiza também o risco de mercado.

A política de investimento e visão macroeconómica é divulgada e debatida em Comité de Investimento que conta com a presença de todos os colaboradores do Departamento de Investimentos e todos os membros do Conselho de Administração.

### **Risco de Crédito**

Existem dois grandes riscos de crédito, nomeadamente a exposição aos bancos onde estão sedeadas as contas segregadas dos clientes de gestão discricionária e dos fundos de investimento mobiliário e o risco de crédito inerente aos investimentos em carteira.

De forma a colmatar o primeiro risco seleccionámos o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, um dos maiores e mais sólidos bancos espanhóis, como depositante da liquidez dos nossos clientes de gestão de patrimónios e o Banco BIC Português S.A. como depositante dos fundos de investimento mobiliário geridos pela Sociedade. Na área de gestão de fundos de capital de risco as funções de banco depositário são exercidas pelo Banco Comercial Português.

Quanto ao risco de crédito dos investimentos, cabe ao Comité de Investimento a última decisão sobre os ativos que deverão compor as carteiras da gestão discricionária e dos fundos de investimento. Esta decisão deverá estar fundamentada numa cuidada análise, onde estão descritos os riscos e os objetivos de investimento (processo de *due diligence*).

### **Risco de Liquidez**

Os capitais da sociedade apenas são investidos em depósitos junto de instituições financeiras e a sociedade não aceita depósitos nem pode endividar-se pelo que o risco de liquidez para a sociedade não é relevante.

No âmbito dos investimentos realizados para os clientes de gestão discricionária e para os fundos de investimento utiliza-se predominantemente ativos negociados em mercados regulados e historicamente com elevada liquidez.

O processo de análise e avaliação de cada um destes ativos é fundamental para assegurar uma mitigação deste risco, sendo a responsabilidade da sua execução atribuída ao departamento de investimento.

### **Risco Cambial**

A Sociedade auferir algumas receitas em dólares norte-americanos, no entanto as mesmas são convertidas regularmente para euros pelo que o risco de câmbio para a sociedade não é relevante.

Quanto aos ativos dos clientes de gestão discricionária e fundos de investimento o risco de alteração das taxas de câmbio é analisado diariamente pelo departamento de Investimento de forma a verificar se está de acordo com o definido pela política de investimento.

Normalmente este risco é coberto na sua totalidade por contratos *Forward* ou futuros mas pontualmente poderá ser definido deixar em aberto parte deste risco. Neste caso trata-se de um risco assumido, sendo também alvo de uma constante monitorização.

### **Risco de Reputação**

O desenvolvimento da nossa atividade está fortemente associada ao reconhecimento público de credibilidade e de reputação pelo que a perceção negativa da reputação tem impactos bastante negativos na atividade da sociedade.

O risco de reputação está inerente a uma atividade desta natureza, resultando ele das mais diversas fontes, seja o descontentamento de um cliente com a gestão da sua carteira, seja com um fato externo à empresa que a possa indiretamente atingir.

Este risco aumenta num contexto de crise nos mercados e da sua consequente maior volatilidade. A nossa permanente atenção e preocupação sobre todos os outros riscos enunciados é o melhor instrumento para estruturar a reputação e o bom nome da empresa.

### **Risco de Sistemas de Informação**

O risco de sistemas de informação resulta da eventualidade da empresa deixar de ter acesso às suas habituais fontes de informação e como tal não possuir todos os elementos necessários para fundamentar às suas decisões de investimento. Este risco é colmatado através de diversificação e redundância de algumas fontes, tais como o acesso à *Bloomberg*.

### **c) Funções de *Compliance***

A função de *Compliance* é desempenhada pelo Administrador responsável pela Direção Financeira, Operações e *Compliance*, que por sua vez reporta ao Conselho de Administração.

Apesar do Aviso n.º5/2008, do Banco de Portugal, isentar a empresa da obrigatoriedade de independência da Função de *Compliance* (considerando o número de colaboradores e os proveitos operacionais), a Sociedade decidiu manter esta independência das restantes áreas funcionais porque pretende manter um nível de serviço e de controlo elevado, o que entende só ser possível se as diversas áreas atuarem de forma independente.

Considera-se que, através desta estrutura, é garantida uma função de *Compliance* independente, permanente e efetiva que controla o cumprimento das obrigações legais.

O *Compliance* é totalmente independente das outras áreas de funcionamento objeto de avaliação (incluindo a das operações), exigindo uma clara segregação de funções, no sentido de evitar conflitos de interesse e com funções e responsabilidades bem delineadas e claras.

A Gestão de Riscos da sociedade gestora passa não só por cumprir permanentemente as normas prudenciais, tais como as relativas aos valores mínimos exigidos entre o montante dos fundos próprios da sociedade gestora e o valor global das carteiras sob gestão, aos limites máximos relativos ao funcionamento dos fundos, aos rácios de fundos próprios e de solvabilidade (controladas pelo *Compliance*), mas também por manter um sistema de gestão de riscos que se baseia na identificação atempada do risco, na avaliação e acompanhamento do mesmo.

### **d) Funções de Auditoria Interna**

Face à dimensão dos volumes sob gestão e baixa complexidade das atividades desenvolvidas pela sociedade gestora e tendo em conta o Aviso n.º 5/2008 que estipula a não obrigatoriedade de uma Função de Auditoria Interna independente (considerando o número de colaboradores e proveitos operacionais), a mesma não possui uma função de Auditoria Interna de carácter permanente, recorrendo ao *Compliance* e às Operações para desempenhar as tarefas associadas à função de auditoria interna e garantir o cumprimento das obrigações inerentes.

A Auditoria Interna, no âmbito da qual se avaliam os processos e procedimentos internos, é efetuada com uma periodicidade anual e com a elaboração e apresentação de informação interna.

Ao nível do Departamento de Investimentos é efetuado com uma periodicidade quinzenal um relatório com as rentabilidades dos diferentes mercados e a evolução das posições atuais e maiores impactos na carteira de investimentos.

A informação é discutida e aprovada internamente no comité de investimento, que conta com a presença de todos os colaboradores do departamento de investimento e todos os membros do Conselho de Administração.



No que respeita ao relato financeiro (preparação e divulgação das demonstrações financeiras), este é efetuado pela área Financeira e de Operações. Estão instituídos procedimentos internos de verificação da concordância da informação proveniente dos sistemas de informação e aquela efetivamente apresentada nas Demonstrações Financeiras, de forma a garantir que todas as transações se encontram registadas. Posteriormente, é efetuada uma análise dos rácios reais face aos previstos no orçamento e expectativas estabelecidas pela Administração, de forma a garantir todas as divulgações necessárias, tendo em consideração os normativos aplicáveis aos fundos de investimentos mobiliário da sociedade gestora.

São periodicamente efetuados relatórios de análise de “*performance*” que são discutidos em sede de Conselho de Administração.

As transações consideradas no âmbito do fecho do ano (como sendo, estimativas de impostos, provisões para eventuais contingências, estimativas de comissões de “*performance*” a receber, entre outras) são efetuadas pelas respetivas Direções e sujeitas a supervisão final do Conselho de Administração.

## **ADEQUAÇÃO DE CAPITAIS**

### **a) Caracterização das Componentes dos Fundos Próprios**

Os fundos próprios da Sociedade são determinados com base no estabelecido no Aviso 12/92 do Banco de Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2015 os fundos próprios eram constituídos pelas seguintes componentes:

- Capital Social: representado por 1.206.000 ações, de valor nominal de €1,00 por ação, totalmente realizado;
- Prémios de emissão: referem-se ao prémio pago pelos acionistas em aumentos de capital;
- Outras reservas: referem-se aos montantes de resultados gerados em exercícios anteriores, retidos na sociedade sob a forma de reserva legal e reserva livre;
- Resultados transitados: referem-se aos montantes de resultados gerados em exercícios anteriores, não constituídos sob a forma de reservas, incluindo os impactos da adoção das NCA's;
- Resultados do exercício: encontram-se registados nesta rubrica os resultados do exercício;
- Diferenças de reavaliação: resultam da reavaliação, positiva e negativa, dos ativos financeiros disponíveis para venda, adquiridos pela Sociedade com o objectivo de prestar garantia ao Sistema de Indemnização aos Investidores (SII), ao abrigo do Regulamento da Comissão de Mercados de Valores Mobiliários (CMVM);
- Ativos intangíveis: Inclui os montantes de ativos intangíveis.

## Componentes dos Fundos Próprios

Adequação de Capitais - Parte I		
Rúbrica	2015	2014
1 - Fundos próprios totais para efeitos de solvabilidade	1.290.228	1.253.760
1.1. Fundos próprios de base	1.281.977	1.245.509
1.1.1. Capital elegível	1.215.250	1.215.250
1.1.1.1. Capital realizado	1.206.000	1.206.000
1.1.1.3. Prémios de emissão	9.250	9.250
1.1.2. Reservas e Resultados elegíveis	80.637	39.009
1.1.2.1. Reservas	38.993	(1.045.217)
1.1.2.4. Resultados do último exercício e provisórios do exercício em curso	41.644	1.084.226
1.1.2.5. Diferenças de reavaliação elegíveis para fundos próprios de base		
1.1.5. (-) Outros Elementos dedutíveis aos fundos próprios de base	(13.910)	(8.750)
1.1.5.1. (-) Imobilizações incorpóreas/Activos Intangíveis	(13.910)	(8.750)
1.2. Fundos próprios complementares	8.251	8.251
1.2.1. Fundos próprios complementares - <i>Upper Tier 2</i>	8.251	8.251
1.6. Por memória		
1.6.3 Requisito mínimo de capital social	125.000	125.000
1.6.4. Fundos próprios de referência para efeito dos limites relativos aos grandes riscos	1.281.977	1.245.509

  

Adequação de Capitais - Parte II		
Rúbrica	2015	2014
2 - Requisitos de fundos próprios	255.178	196.182
2.1. Para risco de crédito, risco de crédito da contraparte, risco de redução dos valores a receber e risco de entrega	8.680	3.312
2.1.1. Método Padrão	8.680	3.312
2.1.1.1. Classes de risco no Método Padrão, excluindo posições de titularização	8.680	3.312
2.1.1.1.14 Outros Elementos	8.680	3.312
2.5. Requisitos de fundos próprios - Despesas gerais fixas	246.498	196.182

  

Adequação de Capitais - Parte III		
Rúbrica	2015	2014
Excesso (+) / Insuficiência (-) de fundos próprios	1.043.730	1.057.579
Rácio de solvabilidade (%)	41,9%	51,1%

Após o crescimento dos ativos sob gestão que se verificou no exercício de 2014, no ano 2015 verificou-se a mesma tendência de crescimento face ao ano anterior. Não obstante, este crescimento não foi transversal a todas as áreas de negócio, tendo-se verificado, por um lado, ao longo do ano, a redução nas áreas de administração de valores e de gestão de fundos mobiliários nacionais e o incremento do fundo domiciliado no estrangeiro e, por outro lado, no final do ano, o início da actividade do fundo de capital de risco, no dia 30 de Dezembro de 2015.

Esta alteração dos activos sob gestão consubstanciou-se na alteração da estrutura de proveitos da Sociedade e, consequentemente, na adequação dos custos à nova actividade de fundos de capital de risco, que se traduziu no aumento dos custos. O desfasamento temporal da proveniência das comissões dos activos sob gestão, reflectiu-se na redução dos proveitos no ano de 2015 e dos resultados face ao ano anterior. Não obstante, a Sociedade apresenta um robusto rácio de solvabilidade de 41,9%.

Para 2016, a evolução da actividade está de acordo com o expectável.

## RISCO DE CRÉDITO

De acordo com a atividade da Sociedade, de gestão de carteiras por conta de terceiros e gestão de fundos de investimento mobiliário, a análise do risco de crédito da Dunas Capital é efetuada pelo método padrão com base nas rubricas do ativo do balanço correspondentes a Disponibilidades, Ativos Financeiros, Ativos Tangíveis e Outros Ativos.

Os quadros seguintes apresentam a distribuição das posições em risco do balanço (rubricas do ativo), por classe de risco e por localização geográfica.

POSIÇÕES EM RISCO POR CLASSE DE RISCO		
Classes de Risco	Posição em risco original	
	2015	2014
Método Padrão		
Classes de Risco no Método Padrão		
Administrações centrais ou bancos centrais	8.129	8.119
Outros elementos	649.125	387.376
<b>TOTAL</b>	<b>657.255</b>	<b>395.495</b>

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS POSIÇÕES EM RISCO						
Classes de Risco	Portugal		União Europeia		Fora União Europeia	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Método Padrão						
Classes de Risco no Método Padrão						
Administrações centrais ou bancos centrais	8.129	8.119	-	-	-	-
Outros elementos	633.114	360.433	16.011	26.944	-	-
TOTAL	641.244	368.552	16.011	26.944	-	

Para efeitos dos requisitos dos fundos próprios a repartição das classes de riscos por ponderadores apresenta a seguinte decomposição:

MÉTODO PADRÃO				
	Ponderadores de Risco			TOTAL
	0%	20%	100%	
1. Posição em risco original por classe de risco				
Administrações centrais ou bancos centrais	8.129	-	-	8.129
Outros elementos	540.624	-	108.501	649.125
<b>TOTAL posições em risco original</b>	<b>548.753</b>	<b>-</b>	<b>108.501</b>	<b>657.255</b>
2. Posição em risco por classe de risco (base de incidência dos ponderadores)				
Administrações centrais ou bancos centrais	8.129	-	-	8.129
Outros elementos	540.624	-	108.501	649.125
<b>TOTAL posições em risco</b>	<b>540.624</b>	<b>-</b>	<b>108.501</b>	<b>657.255</b>
<b>3.TOTAL posições ponderadas pelo risco</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>108.501</b>	<b>108.501</b>
Posição em risco deduzida aos fundos próprios por classe de risco				
Administrações centrais ou bancos centrais				-
Outros elementos				8.680
<b>TOTAL posições em risco deduzidas aos fundos próprios</b>				<b>8.680</b>

Data de referência: 31-12-2015

## RISCO OPERACIONAL

De acordo com o decreto-lei n.º 103/2007 e com a carta-circular n.º 45/2008, do Banco de Portugal, a Dunas Capital não está sujeita ao apuramento de requisitos de fundos próprios para risco operacional, mantendo a avaliação dos aspetos de natureza qualitativa previstos no decreto-lei n.º 104/2007 e regulamentados pelo aviso n.º 9/2007, alterado pelos avisos 8/2008 e 8/2010, do Banco de Portugal